

Sustentabilidade e pobreza no Brasil: contribuições para a discussão

Vanessa Maria de Castro e Magda Eva Soares de Faria Wehrmann¹

As raízes da pobreza no Brasil estão perdidas nas naus que trouxeram aqueles que alterariam sobremaneira o equilíbrio das populações que habitavam as circunvizinhanças de Utopia. As principais atividades socioeconômicas do Brasil Colônia eram desenvolvidas como se sua geografia fosse apenas um apêndice de um território principal, ou seja, ele era um espaço, um *locus* de geração de riquezas. De acordo com Furtado (1989), havia proibição de produzir o que pudesse concorrer com a economia da metrópole; essa proibição incluía bens não materiais e cerceamento da liberdade.

O fato de os esforços da economia terem sido canalizados em direção a um produto principal teve conseqüências funestas para a sociedade, em seus mais diversos aspectos. Esse modelo de construção de sociedade prima por favorecer o esfacelamento de tudo que não concorre para sua reprodução, daí a origem das mais diversas erosões da sociedade brasileira de então: etnias indígenas dizimadas, perda de biodiversidade, formação socioeconômica baseada em valores construídos alhures e pouca importância dada aos saberes autóctones.

A História das novas nações, e das nações que se tornaram independentes(?) no século XX, ensina que a racionalidade da construção de riquezas, gestada nos mares no fim da idade média e solidificada com o acúmulo, por poucos, de bens, que esses mares propiciaram a pilhagem, foi o pilar da construção do capitalismo. O tipo de inserção do Brasil nos diferentes modos de produção dominantes foi o elemento determinante da qualidade de vida que a sociedade nacional tem hoje (Prado Jr., 1998). Não se trata apenas do desmantelamento de jazidas, cabe lembrar esse tipo de formação socioeconômica favorece a desagregação de sociedades, que têm como sustentáculo um tipo de solidariedade, sem a qual essas sociedades têm dificuldade em se reproduzirem (Durkheim, 1993).

Passada a fase primeira da revolução econômica, a sociedade nacional não conseguiu vislumbrar um projeto próprio, composto dos elementos de sua diversidade, em suas diferentes esferas. A segunda revolução aconteceu e o Brasil mais uma vez não foi capaz de incorporar suas diversidades no projeto nacional; à medida que as cifras da economia aumentavam, a sustentabilidade desse projeto ficava mais comprometida, pois esse crescimento significava necessidades cada vez maiores a serem satisfeitas.

As discussões mais expressivas a respeito da sustentabilidade da sociedade nacional datam da segunda metade do século XX. Em um primeiro momento, questionou-se a destinação das riquezas geradas no País e qual seria o projeto brasileiro de desenvolvimento (Cepal). Os anos 1950, 1960 e 1970 na América Latina foram ricos em formulação de propostas para a região. Problemas de sustentabilidade de diversos matizes, ocorridos nas referidas décadas, concorreram para fortalecer o questionamento sobre os rumos que ia se dando à geração de riquezas no País.

Nas décadas seguintes os debates sobre o custo do crescimento econômico para o planeta ganharam corpo; no Brasil, apesar de eles não conseguirem atingir parcela

¹ vcastro@unb.br & mwehrmann@hotmail.com Doutoradas, Pesquisadoras do CDS/UnB
SAS Quadra 5 Lote 5 Bloco H Ed. Superintendência do Ibama
70070914 Brasília-DF Fone: 62.33222550; Fax: 33228473

significativa da população, eles passaram a fazer parte das inquietações de segmentos da sociedade civil (Bursztyn, 2000). As preocupações dos diferentes setores da sociedade, compiladas na Eco-92, revelam que a sociedade estava amadurecendo e seus projetos ultrapassavam a produção de riquezas e que segmentos dessa sociedade acreditava na proposta de resgate de certos valores, devorados pela ética capitalista. Nesse resgate, último quartil do século passado, a pobreza no mundo passou a ter uma nova leitura, ela passou a ser vista como um problema de falta de ética (Buarque, 1993).

Este trabalho tem como objetivo discutir pobreza no Brasil, tendo como suporte a abordagem do tema pela teoria da sustentabilidade e em diferentes momentos históricos do país e a discussão das formas de mensuração de riqueza, alguns indicadores socioeconômicos, sobretudo o IDH. Pretende-se com essa discussão apontar equívocos de escolha, bem como possibilidades de políticas alternativas. Recorrer-se-á a dados secundários para fortalecer a argumentação. A pergunta norteadora do trabalho é: a discussão de pobreza, à luz das teorias de sustentabilidade, pode contribuir para o desenho de outro tipo de desenvolvimento?

Após a Segunda Guerra Mundial, a lógica dominante foi que, por intermédio do crescimento econômico, promover-se-ia o desenvolvimento, e problemas sociais, ambientais, culturais, políticos e educacionais estariam assim resolvidos. Esse tipo de lógica criou o modelo do “derrame” ou “bolo”, no qual seria necessário o sacrifício de uma parcela da população para que metas macroeconômicas fossem atingidas. Haveria crescimento econômico e, posteriormente, promover-se-ia um “derrame” para o conjunto da população, tirando os mais pobres da condição de miserabilidade e pobreza anterior (Klikberg, 1998). Esse crescimento foi importante até a década de 1970, onde as explicações da relação sociedade/natureza advinham do pensamento economicista, inclusive na bipolaridade capitalismo/socialismo.

Várias nações apresentaram crescimento econômico. Porém, o desenvolvimento com relação às soluções dos aspectos sociais e distributivos da renda não ocorreu, ou seja, o “derrame” prometido não aconteceu, até mesmo porque havia a idéia de que o crescimento econômico necessitava de um pouco de iniquidade (Klikberg, 1998). Birdsall *et al.* (apud Klikberg, 1998:29) afirmam que “existe uma relação inversa entre o aumento do crescimento e a redução da desigualdade, um postulado básico das teorias econômicas convencionais sobre a natureza do processo de desenvolvimento”.

Bursztyn (2000), ao analisar os Circuitos Integrados e Marginalizados resgata a uma importante argumentação, onde Sunkel, em 1971, afirmava que:

[...] uma perversa segregação é que o universo dos novos-ricos não era extensivo a todos: nos países centrais, um grupo (ainda que reduzido), ficava à margem; nos países periféricos ricos, um contingente importante de pessoas não encontrava um modo de se engajar diretamente no sistema econômico mais dinâmico (Bursztyn, 2000, p. 30-31).

Houve, nesse período forte concentração de renda, internacional e nacionalmente. O crescimento econômico ocorreu para poucos, sem a devida preocupação social, ambiental, cultural. Na verdade ela foi uma nova forma de apartação social, econômica e cultural criada e reproduzida. Comunidades foram estratificadas, o que reforçou a exclusão social, que levou, em alguns casos, à degradação de princípios humanos básicos como solidariedade, e respeito ao próximo, resultante da ruptura de toda uma cadeia de vínculos sociais gerando assim os ‘desnecessários’ (Bursztyn, 2000; Nascimento, 2000).

Pobreza não significa somente falta de recursos materiais. A sociedade é mais complexa, os problemas socioeconômicos do mundo não se resolveriam apenas por intermédio de distribuição de renda; entendendo desigualdade como o acesso a bens

materiais e simbólicos de forma diferenciada. A desigualdade surgiu como um elemento primário da exclusão. argumenta que “a exclusão social seria um dos efeitos secundários do processo de ruptura dos laços de solidariedade orgânica, próprios à sociedade moderna”. Portanto, exclusão social é

Como resultado de uma rede de rupturas dos vínculos sociais|...|diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldade de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios como se representando e representado não fossem semelhantes (p. 61).

O consumo ainda é visto como primordial na sociedade moderna, mesmo que ele não venha a ter os mesmos padrões todos. Ele é considerado a sustentação para o crescimento econômico e um dos fatores determinantes de desenvolvimento. Esta visão acaba por impedir uma construção alternativa para o presente e para o futuro; esse projeto utópico de igualdade de consumo depredaria o meio ambiente.

Havendo limites na capacidade de consumo, a questão que desafia a população futura é como não promover uma sociedade de “apartação mundial”. Buarque (1993) argumenta que um dos erros dos países chamados pobres foi querer “igualar-se ao consumo dos países ricos antes de solucionar os problemas de sobrevivência do conjunto da população” (p.72). O problema mundial é retirar todos da pobreza e da pobreza absoluta.

A pobreza, para Buarque (1993), é um problema de falta de ética, na qual “existe uma estarrecedora disparidade entre as curvas de crescimento da ciência e da tecnologia, de um lado, e da conduta ética, de outro” (p.73). Há uma intolerância às diferenças, principalmente dos europeus.

Desde as grandes descobertas dos séculos XV e XVI, os humanistas europeus, como Las Casas, defenderam o direito de os povos indígenas se fazerem cristãos. Não aceitavam, porém, que eles continuassem diferentes. Da mesma forma que não aceitaram os judeus nem os mouros. Hoje, o preconceito religioso diminui contra os judeus, porque culturalmente eles são tão europeus quanto os alemães. Mas continua sem aceitar os islâmicos (p.74).

As ações humanas desenvolvidas na natureza têm modificado profundamente o meio ambiente. Há na literatura várias interpretações de como deve ser uma sociedade que pretenda promover em seu seio algum tipo de desenvolvimento sustentável. Para a maioria, a sustentabilidade deve estar intrinsecamente relacionada com o sentido etimológico da palavra, ou seja, manter a capacidade de forma mais ou menos constante/estável, por longo período.

O crescimento econômico acabou por não dar a resposta esperada, e assim, o modelo foi parcialmente negado. Permaneceu-se com a idéia primordial de “desenvolvimento” e acrescentou-se outra adjetivação “sustentável”. Observa-se que com a amplitude do termo e do conceito, desenvolvimento sustentável adequou-se a vários grupos de interesse.

Para Sotomenho-Marques (1994:82), desenvolvimento sustentável encontra-se em uma situação tênue: “tornando o conceito de desenvolvimento sustentável ainda numa promessa vacilando entre a retórica do discurso político conservador e a urgência imposta pela gravidade no interior da situação objetiva”. O desenvolvimento sustentável é algo impreciso e pode ser interpretado de diversas formas . Para Stahel (1998:105), não há conceito de desenvolvimento sustentável que seja consensual, em uma economia capitalista, “uma sociedade sustentável depende antes de tudo de uma reconstrução política total da sociedade contemporânea”. Guimarães (1997:31) pondera que a sustentabilidade do desenvolvimento pressupõe uma interferência do Estado, que seria o único ator capaz de intervir no processo globalizante como função reguladora de interesse ambiental, “afinal, as dificuldades provocadas por situações de

extrema desigualdade e de degradação ambiental não podem ser definidas como problemas individuais, constituindo de fato problemas ambientais”.

Cairncross (1996), ao analisar as questões sociais, relacionando-as com o meio ambiente, observa que os efeitos (mortalidade) provocados pela falta de acesso à água potável ou saneamento básico, nos países subdesenvolvidos, são maiores do que os provocados pelos efeitos radiativos. A humanidade tem outras urgências, como a própria sobrevivência; o problema não é o desenvolvimento e o meio ambiente *per se*, mas um tipo de desenvolvimento sensível ao meio ambiente. O equilíbrio entre desenvolvimento econômico e meio ambiente pede relações de equilíbrio entre todas as formas de capital (Sachs, 1994, 2000),

Para que ocorra uma superação dos problemas de pobreza e destruição do meio ambiente Sachs (2000) defende a promoção do crescimento econômico com inclusão social e responsabilidade ambiental, lembrando que os consumidores preferem os “bens atuais aos futuros”. Apoiando-se em idéias de Timbergen e Huetting (1991) Sachs (2000) critica a metodologia utilizada para medir a qualidade de vida. Indicadores econômicos como análise de renda nacional e custo-benefício podem promover uma leitura enganosa da sociedade, porque essa metodologia determina que o mercado é capaz de detectar todos os indicadores que representam bem-estar ou sofrimento humano, um equívoco segundo esse autor.

As mudanças sociais globais, nesses últimos 40 anos, alteraram a dinâmica socioeconômica em três bases fundamentais: na dimensão demográfica (crescimento populacional); no plano tecnológico, promovendo as transformações mais profundas na sociedade; e no âmbito econômico, modificando a produção mundial. Há também as mudanças culturais, com o advento do processo de comunicação de massa.

Após a Revolução Industrial foram agregadas na sociedade novas formas de pensar e agir. As relações cognitivas e afetivas desse outro cidadão tiveram novas pulsões. Para Bartholo (1984), o ser humano é um ser cultural e a linguagem representa o pilar desse mundo cultural. A linguagem possibilita e viabiliza formas culturalmente específicas de apreensão espaço-temporal. O mercado determina as regras da sociedade e seus valores culturais acabam sendo influenciados e impostos pelo mercado. Bartholo (1984) chama a atenção para a própria idéia industrialista que é um “sistema valorativo utilitarista instrumental”.

Porém os limites da natureza acabaram impondo um repensar ético-econômico, nessa estrutura de consumo, promovido pela indústria moderna, denominada por esse autor de “um novo racionalismo valorativo”, em uma visão de relação harmoniosa do mundo cultural com o ecossistema. A ecologia torna-se o centro de referência suprema de todo o processo tecnológico-produtivo. Bartholo argumenta, ainda, que essa nova ordem mundial constitui uma “nova forma de colonização” e, para romper com essa estrutura, torna-se necessário as nações terem uma cultura industrial própria, visando com isso, agregar o presente cultural da sociedade, oriundo da herança histórica que faz parte da “memória coletiva”. Isto pode ser contraditório com a racionalidade instrumental industrialista. Para criar a identidade cultural, mesmo como resistência e reconquista, há que se promover uma ruptura do pensamento lógico dependente, priorizando o processo de descolonização da história.